A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA EM ANÁLISE

Elaine Cristina Senko Leme[1]

Somente a noite, e nada mais.
(O Corvo, Edgar Allan Poe)

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão historiográfica sobre a História Contemporânea. De forma didática pretendemos auxiliar jovens estudantes e pesquisadores com as informações que perpassam desde o Iluminismo até o sentido coletivo identitário das nacionalidades.

Palavras-chave: Contemporaneidade; Identidade; Nacionalismo.

ABSTRACT

This article presents a historiographical reflection on Contemporary History. In a didactic way we intend to help young students and researchers with the information that goes from the Enlightenment to the collective identity sense of the nationalities.

Keyword: Contemporaneity; Identity; Nationalism.

No verbete "Iluminismo" do *Dicionário de Política* nos é apresentado através da análise de Saffo Testoni Binetti uma análise do termo Iluminismo: "O termo Iluminismo indica um movimento de ideias que tem suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII"[2]. O Iluminismo degrada o passado para viver um presente de "luz" contra as "trevas", construção filosófica e histórica que rompe com o passado teórico para viver um pragmatismo científico e racional do presente. Para pensarmos sobre isso indicamos sobre o Iluminismo a obra de Reinhart Koselleck *Crítica e Crise* (edição francesa de 1979) em que o autor demonstra um panorama problematizante das ideias teóricas do movimento Iluminista que levaram ao pragmatismo de uma crise, ou seja, a existência das revoluções. O caminho do movimento Iluminista tentava seguir os passos para o esclarecimento da sociedade e inspirariam as revoluções inglesa,

[1] Doutora em História pela UFPR. Pesquisadora do Laboratório de História Intelectual da Unioeste. E-mail: elainesenko@hotmail.com

[2] BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da UNB, 1998, p. 605.

americana e francesa. Alguns homens iluministas acreditavam no progresso da humanidade e no sentido de civilização tais como Descartes (1596-1650), Newton (1642-1727) e Baruch Espinosa (1632-1677). Nesse sentido, John Locke defendia o direito natural, a liberdade, a propriedade e o liberalismo dentro de um contrato entre governantes e governados. O Iluminismo era contra o absolutismo, a religião e o mercantilismo. Sobre a economia existiram dentro do movimento iluminista os fisiocratas em que refletiam sobre a riqueza na natureza e essa ideia influenciou depois Adam Smith em sua *A Riqueza das Nações* (1776). O Iluminismo dos séculos XVII e XVIII influenciou a Revolução Inglesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Entre 1670 até 1690, sob a política dos Stuart na Inglaterra, o iluminista da burguesia John Locke (1632-1702) escreveu primeiramente o seu *Ensaio sobre o entendimento humano* e depois *Segundo Tratado sobre o governo*. Nestes escritos Locke sinaliza a importância dos cidadãos seguirem as leis do Estado e tinham que zelar por seus direitos naturais. A Lei se apresentava de três maneiras fundamentais: 1. A lei divina que regula o que é pecado e o que é dever; e aparece ao homem pela natureza e pela revelação; 2. A lei civil que é a lei de Estado que consiste em proteger o cidadão; 3. A lei moral que é analisada segundo o vício e a virtude[3]. Isso provoca a separação entre a lei divina e a lei civil que produz um afastamento entre o direito natural e o direito político; direitos (natural e político) que, segundo Hobbes no *Leviatã* (1651), juntos legitimariam a existência do Estado. Mas o que mais chama atenção em Locke e que reflete da ação dos iluministas trata-se da lei dos filósofos ou chamada "lei da opinião ou da reputação" (lei da opinião pública) que tinha uma grande autoridade. De acordo com Koselleck: "Locke mostra empiricamente que as leis morais civis originam-se do foro interior da consciência humana, que Hobbes havia excluído do domínio de influência do Estado"[4]. Ou seja, os cidadãos defendem o uso do juízo moral com o sentido de lei (formação de uma Legislação Moral) no espaço público (este que deriva do espaço privado). As ações no ambiente público devem passar pela instância moral dos cidadãos e dessa forma Locke pretendia romper com o absolutismo que impunha uma relação de obediência coercitiva. Assim, o cidadão imerso no Estado optou pela separação entre moral e política subjacente ao sistema absolutista. As ideias legislativas de Locke serviram de exemplo para a reflexão política de Montesquieu. Em sua obra *O Espírito das Leis* (1748) defendia as leis consultadas pelo povo, a moderação política, a liberdade individual dos cidadãos com relação aos três poderes executivo, legislativo e judiciário. Entretanto os seus pensamentos políticos liberais não eram

[3] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 50.
[4] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 50.

necessariamente democráticos. Disso decorreu a existência de uma resposta ao absolutismo – e por isso a existência de um Iluminismo (do século XVII e XVIII) – das lojas de maçonaria (em que o segredo era a prática de desenvolvimento das ideias) e da república das letras (onde se desenvolveu a ideia de consciência crítica). Na França e Inglaterra coercitivas existiram grupos que se fortaleceram por um ideal em comum: a luta contra o absolutismo dentro de uma proposta de liberalismo. Um deles foi a aristocracia que tinha uma antiga tradição política mas foi amputada de sua participação no poder por Luís XIV (grupo no qual estava Montesquieu), outro grupo formado por burgueses negociantes e banqueiros (grupo que angariou riquezas através do trabalho e da especulação e compravam títulos de nobreza) e o terceiro de refugiados franceses protestantes. Esses grupos se reuniam secretamente para desenvolverem seus senso crítico contra o absolutismo e em busca de liberdade (mas ainda não de igualdade). Sobre a liberdade nesse momento, seguindo a perspectiva de Hobbes e de Locke, ela estava posta dentro de uma intimidade secreta da consciência de cada um dos nobres e burgueses. Ou como o próprio Koselleck afirma: "A liberdade em segredo torna-se o segredo da liberdade"[5]. Ao rejeitarem a política os maçons acabaram desenvolvendo uma consciência sobre ela e se encaminhando para o julgamento através do processo crítico: "Na França e Inglaterra, o grupo de palavras que se associa ao conceito de crítica foi incorporado do latim às línguas nacionais por volta de 1600. As expressões 'critique' e 'criticism' (ou ainda 'criticks') estabeleceram-se no decorrer do século XVII; por crítica entendia-se a arte de avaliar de forma adequada a matéria em questão, em particular textos antigos, mas também obras literárias e artísticas, assim como povos e homens. A palavra foi usada inicialmente pelos humanistas; ligava-se à capacidade de julgar e à formação erudita. Quando o método filológico se ampliou às Escrituras Sagradas, este procedimento também foi chamado de 'crítica'. Críticos e cristãos ao mesmo tempo, distinguiam-se dos 'critici' incrédulos, conferindo-lhes a designação de 'criticaster'"[6]. No século XVIII a crítica racional ao Estado se separou das lutas confessionais, mas manteve o embate entre razão *versus* revelação. Os iluministas entendiam que a crítica obtinha conhecimentos justos e verdadeiros até que Kant acabasse com essa ideia ao refletir sobre a crítica dessa razão prática.

Para os membros da república das letras só o homem imerso na liberdade absoluta desencadearia o processo crítico para encontrar a verdade. A extensão da crítica é limitada ao campo do conhecimento, assim para autorizar uma autonomia dela deve-se separar o reino da crítica do domínio do Estado: "a crítica se quer conscientemente apolítica, não toca no Estado;

[5] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 67-68.
[6] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 93-94.

mas não se submete a ele"[7]. Voltaire (1694-1778) trabalhava seu pensamento eurocêntrico nesse sentido pois "ao praticar crítica literária, estética ou histórica, criticava indiretamente a Igreja e o Estado. Deste modo, sua crítica adquiriu um significado político"[8]. Significação política que não passava de uma defesa de uma monarquia parlamentar e não uma ruptura geral com o Estado. Lembremos que no tribunal da Revolução Francesa, Luís XVI não foi julgado como rei mas como um homem pela crítica. Por sua vez, Immanuel Kant exprimiu no *Prefácio à crítica da razão pura* (1781) que o movimento iluminista vivia a soberania da crítica em que apenas a suporta aquele que faz seu exame livre e público[9]. Ou seja "a crítica torna-se tão autoconfiante que é capaz de acusar o Estado de hipocrisia. Se o Estado não se submete à razão crítica, só lhe cabe o 'respeito dissimulado'; ele só pode reivindicar 'sincero respeito' após submeter-se aos juízes esclarecidos"[10]. Principalmente Kant e Voltaire confirmariam a importância política legada ao sentido de crítica durante o século XVIII. Destarte, a burguesia iria manter o sentido crítico ligado agora ao processo político enquanto a aristocracia deixada de lado pelo absolutismo iria promover o julgamento moral do Estado. Essa crise iria aumentar até o momento da Revolução Francesa.

Por sua vez Robert Darnton na sua obra *O Iluminismo como negócio: história da publicação da 'Enciclopédia', 1775-1800* (1979) afirma que a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert foi uma das mais "grandiosas iniciativas do século XVIII"[11]. Pois a "Enciclopédia" reuniu os iluministas em uma obra importante por ter esse sentido de memorável sobre o presente ao futuro ou como Darnton indica que ela foi a corporificação do Iluminismo para um público cada vez maior[12]. Essa ação enciclopedista visava agir dentro desse "quadro de difusão como concentração nos escalões mais elevados corresponde à estratégia do Iluminismo formulada por Voltaire e D'Alembert – um Iluminismo partindo de cima, que se infiltraria, por intermédio da superestrutura, dos salões e academias para o mundo dos figurões de cidadezinhas e dos senhores rurais"[13] e avançar o capitalismo. Ideia diferente – não elitizada – vemos na produção de Jean-Jacques Rousseau. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) no seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*

---

[7] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 100.
[8] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 101.
[9] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 107.
[10] KOSELLECK, R. **Crítica e Crise.** Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999, p. 108.
[11] DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio:** história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.401.
[12] DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio:** história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.401.
[13] DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio:** história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.406.

entre os homens (1755) e o *Contrato Social* (1762) defendia a natureza humana, a igualdade dos cidadãos terem os mesmos direitos, incentivava a igualdade e a solidariedade (fraternidade) e a vontade do povo dentro do contrato social. Rousseau era contra o exagero iluminista do liberalismo econômico que somente agravava a desigualdade entre os homens. Apoiava então a abolição da ideia de propriedade e de dominadores na sociedade. Rousseau incentivava o espírito comunitário, este mesmo sentimento que impulsionou a Independência Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Vejamos um trecho da análise de Rousseau acerca dessas ideias comentadas em sua época no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755): "Gostaria de nascer num país onde o soberano e o povo não pudessem senão ter um único e mesmo interesse, para que todos os movimentos da máquina sempre tendessem apenas à felicidade comum; como tal não pode ocorrer, a não ser que o povo e o soberano sejam uma mesma pessoa, daí decorre que eu gostaria de nascer sob um governo democrático, sabiamente temperado"[14]e "Mas que a equidade, a moderação, a mais respeitosa firmeza continuem a pautar todos os vossos procedimentos e a mostrar em vós a todo o universo o exemplo de um povo altivo e modesto, tão orgulhoso de sua glória como de sua liberdade"[15]. Esse discurso de Rousseau inflamou os grupos sociais que impulsionaram a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Michel Vovelle na organização da obra *O homem do Iluminismo* (1992) nos lembra que devemos não apenas estudar a razão iluminista mas ao lado dela a sensibilidade. Na introdução dessa obra ele afirma: "O Homem do Iluminismo? A sua imagem impõe-se-nos sobremaneira no significado mais literal do termo. William Blake representa-o, em 1780, na sua composição *Glad Day*, numa nudez tranquila e segura, de braços abertos, numa atmosfera radiosa que parece dimanar da sua pessoa, sob um fundo de trevas. Encontra-se no centro do Universo: um homem de luz, sentir-nos-íamos tentados a afirmar. A impressão é quase idêntica quando, em plena Revolução Francesa. Regnault cria o quadro *A Liberdade ou a Morte*. Também neste caso se trata de um homem nu, de braços abertos, que vagueia nos céus. Anjo ou Ícaro, já que o artista o dotou de asas e adornou a sua fronte com uma chama celeste. Mas a simbologia é bem complexa, muito embora procure tornar-se mais explícita. À sua direita, uma figura fascinante apoiada numa nuvem: é a Liberdade, que ergue numa mão o barrete frígio e na outra a balança da Igualdade. Do outro lado, quase em contraponto, encontra-se a morte, que mais parece saída de um cenotáfio da época barroca, esqueleto

[14] ROUSSEAU, J.J. **Discurso Sobre A Origem E Os Fundamentos Da Desigualdade Entre Os Homens.** Rio De Janeiro: Ediouro, 1994, p.104.
[15] ROUSSEAU, J.J. **Discurso Sobre A Origem E Os Fundamentos Da Desigualdade Entre Os Homens.** Rio De Janeiro: Ediouro, 1994, p.108.

medonho envolto num manto negro e apoiado na sua foice. Homem livre, conquistador, verdadeiro dono do Universo por haver exorcizado as forças da sombra e do passado"[16].

Ao lado de Vovelle vemos o outro livro de Robert Darnton *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII* (1991) como fruto de um debate historiográfico sobre o Iluminismo não apenas sobre seu processo político-filosófico mas também da sensibilidade e da questão dos "outros" através da cultura. Nessa obra Darnton investigou como na França do século XVIII a narrativa irreverente enfrentou a censura do Estado e escondeu-se na clandestinidade como forma de gestação de uma futura revolução das ideias. O absolutismo não ficou passivo diante das ideias do Iluminismo, ele tentou agregá-las politicamente no chamado despotismo esclarecido sendo considerada uma transformação conservadora modernizante em alguns reinos como na Rússia, Áustria, Prússia, Espanha, Portugal. Por fim, como vimos, Immanuel Kant (1724-1804) problematizou o Iluminismo lembrando que a soberania da razão deveria perpassar necessariamente pelo Esclarecimento. Em seu escrito mais debatido e talvez o mais conhecido *Resposta à Pergunta: O que é Esclarecimento?* (Aufklärung) de 1783, Kant anuncia que: "Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* [Ouse saber!] Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [aufklärung]"[17]. É a autonomia de acesso ao saber e das decisões que leva ao Esclarecimento, pois dessa situação o homem sairia da sua menoridade em direção de uma maioridade madura e portanto esclarecedora. Pois "para este esclarecimento [Aufklärung] porém nada mais se exige senão liberdade"[18].

Por fim, Binetti em seu verbete "Iluminismo" do *Dicionário Político* de Bobbio conclui que o movimento iluminista não ser homogêneo tal como vimos e ainda podemos distinguir "uma primeira geração que desenvolve as idéias iluministas na primeira metade do século XVIII, e uma segunda fase, que é a da geração dos "enciclopedistas" na França, de Lessing na Alemanha e dos teóricos das reformas jurídico-políticas na Itália"[19].

---

[16] VOVELLE, Michel (org.). **O homem do Iluminismo.** Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.7.

[17] KANT, I. "Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento? (Aufklärung). In: **Textos Seletos.** Petrópolis: Vozes, 1980, p.100.

[18] KANT, I. "Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento? (Aufklärung). In: **Textos Seletos.** Petrópolis: Vozes, 1980, p.104.

[19] BINETTI, Saffo Testoni. Iluminismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da UNB, 1998, p. 606.

Os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade nascidos dessas reflexões iluministas de sentido universal atingem o pragmatismo histórico no final do século XVIII. Mas do que se trata o significado de Revolução? Para tanto é necessário ainda uma importante consulta ao debate da obra clássica de Hannah Arendt *Da Revolução* (1963). Para Arendt "as revoluções modernas pouco têm em comum com a *mutatio rerum* da história romana" e "as mudanças não interrompiam o curso daquilo que a Idade Moderna passou a chamar de História"[20]. A revolução para Arendt nasce da dúvida rousseana sobre a desigualdade dos homens: "A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão dos trabalhadores, fosse inevitável e eterna"[21]. Além disso "não foi a Revolução Americana e sua preocupação com o estabelecimento de um novo organismo político, de uma nova forma de governo, mas sim a América, o 'novo continente', o americano, 'o novo homem', 'a adorável igualdade', no dizer de Jefferson [influenciado pelo iluminismo], 'que os pobres usufruem juntamente com os ricos', que revolucionou o espírito dos homens, primeiro na Europa e, em seguida, em todo o mundo"[22]. Para Arendt o que ocorreu nas revoluções modernas (Inglesa, America e Francesa) foi o aparecimento da luta por uma liberdade com a ideia de novo começo[23]. A revolução na Idade Moderna também estava vinculada à libertação e a liberdade. Pois "a própria ideia de igualdade, como nós a entendemos, isto é, que todas as pessoas nascem iguais, pelo simples fato de haverem nascido, e que a igualdade é um direito inato, era totalmente desconhecida antes da Idade Moderna"[24]. O uso da palavra revolução na modernidade estava ligado ao termo astronômico "revolutionibus orbium coelestium" de Copérnico que significava um movimento regular e não tem nada em seu sentido com violência: "Nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra 'revolução' do que a ideia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes num processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo"[25]. As revoluções – Inglesa e Francesa – que parecem apontar para um novo espírito de tempo são apenas restaurações: "Eles alegavam, com toda sinceridade, que desejavam o retorno dos velhos tempos em que as coisas eram como deviam

[20] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.17.
[21] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.18.
[22] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.20.
[23] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.23.
[24] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.32.
[25] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.34.

ser"[26]. No entanto, Arendt indica sobre a Revolução Francesa que "A data foi a noite do 14 de julho de 1789, em Paris, quando Luís XVI recebeu do duque de La Rochefoucauld-Liancourt a notícia da queda da Bastilha, da libertação de uns poucos prisioneiros e da defecção das tropas reais frente a um ataque popular. O famoso diálogo que se travou entre o rei e seu mensageiro é muito lacônico e revelador. O rei, segundo consta, exclamou: 'C'est une révolte' [Isto é uma revolta]; e Liancourt corrigiu-o: 'Non, Sire, c'est une révolution' [Não, Senhor, isto é uma revolução]. Aqui ouvimos ainda a palavra – e politicamente pela última vez – no sentido da antiga metáfora que transfere, do céu para a terra, o seu significado; mas aqui, talvez pela primeira vez, a ênfase deslocou-se inteiramente do determinismo de um movimento giratório cíclico para a sua irresistibilidade"[27]. Para Arendt a Revolução Francesa desejava usar a força da necessidade histórica: "Foi para o espectador, com muito mais ênfase do que para o ator, que a lição da Revolução Francesa pareceu demonstrar a necessidade histórica [Hegel], ou o fato de Napoleão ter-se tornado um 'destino'"[28]. E "foi a Revolução Francesa, e não a Americana, que ateou fogo ao mundo (...). A triste verdade da questão é que a Revolução Francesa, que redundou em desastre, tenha feito história no mundo, ao passo que a Revolução Americana, tão triunfantemente vitoriosa, tenha permanecido um acontecimento de importância quase que apenas local"[29]. Pois bem "o que os homens da Revolução Russa aprenderam com a Revolução Francesa – e esse aprendizado constitui quase que toda a sua preparação – foi História e não ação"[30].

Diante do exposto por Arendt seguimos adiante no entendimento da Revolução Francesa com Michel Vovelle em sua obra *Combates pela Revolução Francesa* (2004) em que o autor nos apresenta um panorama historiográfico sobre o tema. Vovelle destaca dentre os historiadores que mais trabalharam o tema no século XX, Albert Soboul (1914-1982) e François Furet (1927-1997) – este último analisaremos adiante; já entre o XIX e XX, "época de ouro dos estudos sobre a Revolução Francesa" resgata a presença de Georges Lefebvre (1874-1959) e o embate entre uma leitura radical *versus* uma leitura socialista[31]. Vovelle questiona se o modelo jacobino de explicação da revolução se tem ligação com o marxismo? "Sim e não, adotando certamente o pressuposto de uma mutação necessária, baseada na mudança das estruturas sociais e das forças de produção no final do século 18, tanto quanto e talvez mais do que, na evolução das ideias. Mas suficientemente amplo e convincente para

[26] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.35.
[27] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.38.
[28] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.42.
[29] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.44-45.
[30] ARENDT, Hannah. **Da revolução.** São Paulo: Ática, 1988, p.46.
[31] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.85.

conquistar a adesão de historiadores que, de Marcel Reinhard a Jacques Godechot, para citar apenas alguns, se mantiveram mais jacobinos que marxistas. E podemos falar de um verdadeiro desabrochar de 1950 a 1960, quando, em seus últimos anos, Georges Lefebvre reúne em Paris uma plêiade de pesquisadores"[32]. No final dos anos 50 estava sendo desenvolvido com intensidade na "Escola dos Annales" sob liderança de Fernand Braudel o sentido de "longa duração" e a revolução passa a ser compreendida como um acontecimento acidental no curso da História; nesse mesmo sentido da longa duração mas tendo o foco na mentalidade histórica nos anos 60 compreenderam R. Mandrou, E. Le Roy Ladurie e admite mesmo Vovelle[33]. Mas ocorreu uma reviravolta nessa historiografia da revolução quando surgiu principalmente a obra de François Furet e Denis Richet *A Revolução Francesa* de 1965 propondo uma história da historiografia sobre o tema. Ocorreu assim um período chamado de "revisionismo" sobre a revolução questionando as "verdades" sobre o acontecimento e que Vovelle afirma ter ido "longe demais" em sua reconstrução histórica[34]. A geração de Vovelle – dos anos 80 – segundo o autor foi produto do rompimento academicista de 1968 e que no transcorrer do tempo acabou reanimando o estudo da revolução através da querela do campo jacobino X os revisionistas. Por um lado no campo jacobino: "enquanto Albert Soboul e seus alunos aprofundavam suas pesquisas no campo da história agrária (estudos sobre imposto senhorial e o fim do feudalismo) e da história urbana (trabalhos sobre o movimento popular parisiense), outros pesquisadores dotados da mesma sensibilidade (Michel Vovelle) propunham uma nova leitura da história religiosa ou cultural da Revolução e esforçavam-se para fixar as bases de uma história das mentalidades revolucionárias, anexando novos territórios à pesquisa"[35]. Com relação aos revisionistas: "'Penser la Révolution française [Pensar a Revolução Francesa], que F. Furet publicou em 1978, ampliou e modificou de forma singular as proposições de 1965. Seguramente ele retoma a condenação da teoria das circunstâncias para dizer, citando Quinet: 'Não, não foi a necessidade das coisas que fez o sistema do Terror. Foram as ideias falsas', ou mesmo falando em seu próprio nome: 'A verdade é que o Terror faz parte da ideologia revolucionária'"[36]. Vovelle chama a atenção para um campo de estudos ainda em desenvolvimento sobre o tema dentro da perspectiva do retorno do acontecimento, da contra-revolução, da redescoberta do político, da ambiguidade histórica através das biografias, novas reflexões sobre a história social, história rural e urbana,

[32] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.86.
[33] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.87.
[34] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.89.
[35] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.91.
[36] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.91.

a ênfase no cultural e às mentalidades. Devemos destacar a tradição historiográfica sobre a Revolução francesa desde Michelet, Marx, Jaures, Tocqueville, Taine, Cochin, Gramsci, Soboul, Furet[37]. A leitura sobre a revolução atualmente é dividida entre uma visão contra-revolucionária de um integrismo conservador (Le Figaro) e uma visão com atitude mais aberta para as leituras revisionistas de esquerda ou centro esquerda[38]. Vovelle suscita o que representa a ideia revolucionária nos dias de hoje? É uma questão para ser retomada dentro dos paradigmas da contemporaneidade como por exemplo o estudo das reflexões entre o Terror francês e o atual terrorismo "islâmico". Para Vovelle, por fim: "A verdade é que, na situação que se apresenta, não faltam motivos para se ter esperança. A Revolução não 'terminou': continua sendo um dos traços mais marcantes no imaginário coletivo dos franceses. Fora da França, ela suscita uma notável convergência de interesses, uma simpatia coletiva que muitas vezes chega a surpreender os próprios franceses"[39].

A Revolução Francesa – formada por antigos aristocratas (iluministas da república das letras), por burgueses (como os maçons e pequenos comerciantes) e pelo povo – lutava para que o Antigo Regime fosse abolido. Esse terceiro estado lutou contra a ideologia das três ordens, ou seja, contra o clero (primeiro estado) e a nobreza (segundo estado). Enquanto ocorriam as revoltas camponesas (as jacqueries) contra Luís XVI, este rei em 1789 convocou a reunião dos Estados Gerais em que cada estado tinha um voto por direito mas isso facilitava sempre o ganho dos dois primeiros estados. O terceiro estado desejava o voto por cabeça, mas o rei Luís XVI ignorou essa reivindicação. Assim o terceiro estado declarou-se em Assembléia Nacional e Luís XVI fechou a sala dos deputados, mas os deputados foram até a Sala do Jogo da Pela e se declararam em Constituinte. Dentre 1789-1791 foi instaurada a Assembleia Nacional, ocorreu a Tomada da Bastilha (14/07/1789); proclamação da República Francesa; foram abolidas as leis feudais; foram confiscados os bens da Igreja; aboliu-se a servidão; aboliu-se a mão morta (filho paga para ainda utilizar as terras do pai morto); foi publicado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; o clero se tornou parte do funcionalismo público; mas os camponeses ficaram sem suas terras... Dentre 1791-1792 foi instituída a Monarquia Constitucional; em setembro de 1791 foi feita a primeira Constituição Francesa e foi quando ocorreu a fuga de Varennes do rei e da família real no qual foram capturados pelos revolucionários, um ano depois o rei foi deposto e morto na Praça da Concórdia em 1793; a Assembléia regulou e escreveu as leis; o voto passou a ser

---

[37] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.116.
[38] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.118.
[39] VOVELLE, Michel. **Combates pela Revolução Francesa.** Bauru: Edusc, 2004, p.103.

censitário (por renda); proibição da greve e dos sindicatos. A burguesia foi o grupo que conduziu o processo transformador revolucionário. Ocorreu nesse período a Batalha de Valmy (1792) revolucionários x amigos do rei Luís XVI (internamente/externamente) . De 1792-1794 foi o período da chamada Convenção Nacional em que os revolucionários elegeram a convenção. A Proclamação da República Francesa (1789) marcou o ano I. Durante o processo da Revolução Francesa tínhamos os principais grupos: Girondinos (direita) formado pela burguesia industrial e comercial, defendiam o voto por renda, direito à propriedade e eram contra os movimentos populares; tentaram uma conciliação com o monarca. Grupo da planície (centro). Jacobinos (esquerda) formado pelos principais revolucionários Marat, Danton e Robespierre. Defendiam o voto universal, a participação popular e os mais radicais a morte do monarca absolutista. O governo jacobino desde 1793-1794 derrotou a coligação da Áustria, Prússia, Holanda, Espanha e Inglaterra; teve a ajuda dos sans-culottes (agitadores da revolução); formou o Comitê de Salvação Pública (onde ocorreu a concentração de poder jacobino); instituiu-se a escola primária pública e obrigatória e ocorreu o choque da morte de um dos líderes da Revolução, Marat. Durante esse momento o governo do Terror foi implantado pelo tribunal revolucionário (em que ações de Robespierre e Saint-Just eram intensas). Houve o descontrole do Terror com a indicação da morte do revolucionário Danton e assim o governo abriu espaço para os deputados de centro e os girondinos tomarem o poder. Resultado disso foi a morte na própria guilhotina de Saint-Just e Robespierre. A alta burguesia estava no poder. Entre 1794-1799 foi a época do Diretório no qual restabeleceu a escravidão nas colônias francesas; foi o momento das ações de Napoleão Bonaparte; estimulou-se a industrialização e o capitalismo. Em 1795 foi publicada uma nova constituição que defendia o voto por renda novamente. Criou-se os partidos do diretório (executivo) x realistas (monarquistas) e do diretório x novos jacobinos. A morte de Graco Babeuf em 1797 – o qual defendia o fim da propriedade privada e a favor da distribuição da renda - aumentou a reivindicação popular por mudanças e por isso ocorreu a ocupação militar em Paris. Destarte, Napoleão Bonaparte toma o poder em 18 Brumário. Os resultados do processo da Revolução Francesa foram a existência de uma República, dos cidadãos, das classes sociais, o mérito social e não de sangue, menor poder da Igreja, camponeses se tornaram pequenos proprietários, desenvolvimento de um capitalismo francês e as ideias da revolução francesa que se espraiaram e atingiram a mente de Bonaparte e da nova realidade da América Latina (as independências).

Lembremos que foi resgatado pelos revolucionários jacobinos – os radicais e mais inflamados – a leitura moderna do *Discurso da Servidão Voluntária* (publicado pós *mortem*

1563) de Etienne de La Boétie. Na obra *Pensando a Revolução Francesa* (1978) de François Furet (1927-1997) tem-se uma das reflexões mais importantes da historiografia sobre o tema: a Revolução Francesa terminou? Furet fazendo a mesma reflexão de Georges Duby anos depois (1990) destaca no início do livro que o historiador busca no presente suas motivações para retornar ao passado[40]. 1789 foi considerada a data de uma nova identidade nacional em que "a obsessão pelas origens, com a qual se tece qualquer história nacional, apoderou-se precisamente da ruptura revolucionária. (...) 1789 é a data de nascimento, o ano zero do mundo novo, fundado na igualdade"[41]. E acrescenta que a revolução na França "é a nossa história contemporânea"[42] e entende que a "Revolução Francesa não é simplesmente forma privilegiada da mudança. Basta que se veja nela, em vez de uma instituição nacional, uma matriz da história universal, para desenvolver-lhe sua dinâmica e seu poder de fascinação"[43]. Para Furet o sucesso da revolução na França se pragmatiza na Revolução Russa: "Tudo muda com 1917. A partir de então a revolução socialista tem um semblante, e a Revolução Francesa deixa de ser um modelo para um futuro possível, desejável, esperado mas ainda sem conteúdo. Ela se tornou a mãe de um acontecimento real, datado, registrado, que é outubro de 1917"[44]. No estudo da revolução na França pode-se extrair vários objetos de análise: "Da Revolução Francesa existem portanto histórias realistas, histórias liberais, histórias jacobinas, histórias anarquistas ou libertárias, e esta lista não é nem exclusiva – pois essas sensibilidades não são todas contraditórias – nem sobretudo limitativa: mãe da civilização política na qual nascemos, a Revolução permite quaisquer pesquisas de filiação (...) [pois] elas são histórias da identidade" [45]. Sobre a fase de Terror da Revolução Francesa F. Furet aponta em seu outro livro "A Revolução em debate": "Através do Terror, os revolucionários reataram com o Antigo Regime e amaram o poder absoluto. É assim que Quinet resolve o velho dilema do pensamento liberal, que consiste em celebrar 89 rejeitando 93: o Terror não é apenas um desvio infeliz da Revolução, é sua própria negação"[46].

Portanto, o processo da Revolução Francesa foi importante por estabelecer o contrato social rousseano dos cidadãos com a política e acabou por tornar-se exemplo para novas gerações. Um processo para a revolução fomentado como afirma Chartier "Se os franceses do

[40] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.16; DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000:** na pista de nossos medos**.** São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p.9.
[41] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.16.
[42] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.17.
[43] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.19.
[44] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.19.
[45] FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.23-24.
[46] FURET, François. **A Revolução em debate.** Bauru: Edusc, 2001, p.42.

final do século XVIII moldaram a revolução foi porque haviam sido, por sua vez, moldados pelos livros"[47]. Entretanto ao abolir o Deus da fé católica do território (uma vingança de certa forma das luzes contra o seu passado) acabou por divinizar (e diviniza até os dias de hoje) o deus liberdade substituindo assim uma crença ideológica por outra, que como vimos na fase do Terror essa mesma liberdade sofreu com a libertação da violência incontida. Fica então a pergunta, o que aprendemos com o Iluminismo e a Revolução Francesa nos afeta hoje? Com os recente atentados em Paris podemos construir um paralelismo do Terror jacobino versus um terrorismo de um Estado "islâmico"? O que nos resta de resposta é que ainda hoje – como previu Vovelle e Furet – ainda nos referimos à Revolução Francesa como um paradigma de reflexão contemporânea.

A respeito do sentimento de nacionalismo destacamos o importante livro *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (1ª edição 1983; ed. brasileira em 1989) de Benedict Anderson (1936-). Na apresentação da obra temos algumas observações feitas por Lilia Moritz Schwarcz em que é evidenciado as principais críticas de Anderson sobre o tema nacionalismo: "O autor se opõe a argumentos consagrados, como os do sociólogo e filósofo liberal Ernest Gellner – que vinculou o nacionalismo ao industrialismo europeu ocidental – ou o do historiador conservador Elie Kedourie, o qual ligou o nacionalismo à Ilustração, à Revolução Francesa e ao nascimento do Estado francês. Anderson também discordou da análise marxista de Eric Hobsbawm, e apostou suas fichas em algumas ideias centrais: a importância do papel da imprensa e do fenômeno que ele denomina de 'capitalismo editorial', e a novidade da 'vernaculização' por oposição à antiga hegemonia do latim"[48]. Schwarcz também aponta que para o autor as nações são imaginadas quando têm sentido para alma e realizam projeções e no quesito identidade "uma nação é *limitada*, uma vez que apresenta fronteiras finitas e nenhuma se imagina como extensão única da humanidade. Contudo, é também soberana, já que o nacionalismo nasce exatamente num momento em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. Por fim, nações são imaginadas como *comunidades* na medida em que, independente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a idéia de um 'nós' coletivo, irmanando relações em tudo distintas"[49]. O importante para se compreender o

[47] CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.115.
[48] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário. In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.10.
[49] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário. In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.12.

nacionalismo é para Anderson: a ideia de simultaneidade (influência de Walter Benjamin), dos romances de fundação (auxilia o contato com o pensamento de Eric Auerbach) e a configuração capitalista da língua vernácula escrita. Ora, como dizia no século XIV o historiador Ibn Khaldun em sua *Muqaddimah* que é a solidariedade e o forte espírito de grupo (assabyia) que forma uma identidade comunitária (ummah). A reflexão de Anderson – também estudioso do Oriente – é guiado nessa mesma direção[50].

Primeiramente é necessário compreendermos o conceito de "nação" e nessa empreitada existem, conforme aponta B. Anderson, três paradoxos: 1. A modernidade objetiva das nações pelo historiador X a antiguidade subjetiva dos nacionalistas; 2. A ideia universal de nacionalidade X a particularidade de suas manifestações; 3. O poder da ação política dos nacionalismos X sua incoerência filosófica. Entendendo, por fim, que o nacionalismo é uma neurose individual sobre sua coletividade [51]. Em sua análise apresenta eixos norteadores: "os dois sistemas culturais pertinentes são a comunidade religiosa e o reino dinástico"[52].

Citamos o exemplo de Anderson sobre o Islã: duas pessoas de regiões distintas do Oriente islâmico se encontrassem em Meca, sendo que os dois falassem dialetos diferentes e sem poderem se comunicar através de suas línguas, entretanto eles conseguiriam compreender os signos dos textos sacros juntos pois a língua corânica é o árabe clássico. Mas as comunidades clássicas ligadas por línguas sagradas são diferentes da sociedade moderna[53]. No Ocidente, apesar da comunidade da Cristandade Latina imaginada religiosamente no medievo ser amálgama sócio-político, no período tardo-medieval para a modernidade isso muda de configuração[54]. Com o avanço do conhecimento do além-mar na modernidade o europeu avançou em direção à terras mais longínquas do que na época das Cruzadas ou da Reconquista na Península Ibérica, por isso seu mundo "se reproduz constantemente a partir das mais diversas forças"[55] dentro do aspecto comparativo e competitivo, a minha "nação" é melhor do que de outrem. E ocorreu uma diminuição do latim como língua ensinada no

[50] Lembremos nesse sentido da bela obra de Delacroix: Mulheres de Argel, de 1834, óleo sobre tela, 180 cm X 228,9 cm, Museu do Louvre, Paris, em que podemos refletir sobre a comunidade imaginada das mulheres.
[51] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.31-32.
[52] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.39.
[53] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.40.
[54] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.43.
[55] AUERBACH, Erich. **Mímesis**: a representação da realidade na Literatura Ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.289.

período tardo-medieval e durante um revivência da língua durante a Contra-Reforma ela não teve força suficiente para competir com a dinâmica da língua vernacular.

Sobre a ideia de reino dinástico B. Anderson afirma que: "Na concepção moderna, a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado. Mas, no imaginário mais antigo, onde os Estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e indistintas, e as soberanias se esvaeciam imperceptivelmente uma dentro da outra"[56]. A questão do nacionalismo configura um debate sobre a ideia de identidades e fronteiras. O autor faz uma ótima reflexão sobre a miscigenação dentro das famílias reais e pergunta até que ponto esses membros tinham uma " nacionalidade"?[57] Apenas no século XVII que a legitimidade da monarquia vai se desfazendo com as revoluções inglesa e francesa que tiram a soberania absolutista do poder. Entretanto depois da Revolução Francesa de 1789 o princípio de legitimidade retorna a cena pública tendo agora um modelo padronizado[58].

As percepções temporais são essenciais para se compreender o sentido de nações e nacionalismos. Anderson aponta que ainda no medievo existia a "justaposição do cósmico – universal e mundano – particular significava que, por maior que fosse a cristandade (e assim era considerada), ela se manifesta de formas variadas paras as comunidades suábias ou andaluzas específicas"[59]. Anderson destaca a ação da simultaneidade narrativa e das informações como transformação em nosso olhar moderno. Mas o tipo de comunidade imaginada que corresponde à nação foram as formas criadas pela literatura e pelo jornal entre os séculos XVIII e XIX, em que a estrutura narrativa de ambos os estilos tinham um enredo simultâneo. Podemos citar exemplos como os romances de Stendhal (1783-1842) com *O Vermelho e O Negro* (1830), Honoré de Balzac (1799-1850) com *A mulher de trinta anos* de 1831/32, Gustave Flaubert (1821-1880) com *Madame Bovary* de 1856 e numa transição entre o romantismo e o realismo podemos citar a obra do russo Liev Tolstói (1828-1910) Anna *Kariênina* de 1877. Essas narrativas dialogam com o estilo jornalístico e trabalham intensamente com a simultaneidade (ações de personagens que ora se encontram e outros que estão realizando outras ações dentro do mesmo enredo), como no caso de Tolstói em que os dois personagens principais (Anna e Liévin) nunca se encontram, mas são os pilares

[56] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.48.
[57] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.49-50.
[58] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.50.
[59] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.52.

estruturais da história. E quando lemos o trecho apresentado percebemos que o personagem nos leva juntos com ele a tentarmos acreditar em sua afirmação ideológica de nacionalismo, pois evoca imediatamente uma comunidade imaginada. Essa abordagem moderna da simultaneidade ganhou tanto impulso que podemos hoje verificar nosso comportamento multifocal frente às mídias através da internet. O sistema capitalista promoveu essa ideia desde da época da produção editorial moderna e ganhou e ainda ganha lucros na venda das informações em diversas bases. Portanto, a primeira reflexão sobre essa comunidade imaginada é que caminhamos juntos sempre para o futuro inexorável e a segunda é a relação do jornal como forma de livro com o mercado através da forma de comunicação simultânea.

Para Anderson "o revolucionário impulso vernaculizante do capitalismo ganhou ímpeto ainda maior graças a três fatores externos, dois dos quais contribuíram diretamente para o surgimento da consciência nacional. O primeiro, e no fundo o menos importante, foi uma mudança no caráter do próprio latim" – os humanistas resgataram para os modernos um latim arcaico e não eclesiástico medieval; "O segundo foi o impacto da Reforma, a qual, aliás, veio a dever grande parte do sucesso ao capitalismo editorial" – como por exemplo o sucesso de venda da Bíblia traduzida por Lutero ampliando um público leitor; "O terceiro foi a difusão lenta, geograficamente irregular, de determinados vernáculos como instrumentos de centralização administrativa, por obra de certos monarcas bem posicionados com pretensões absolutistas"[60]. Por fim para Anderson: "O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana"[61].

Por sua vez, Eric J. Hobsbawm apresenta em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1780* explana como o nacionalismo necessitou da construção de passados identitários e da conformatação de uma língua dita nacional. Para Hobsbawm: "Nas línguas românicas, a palavra 'nação' é vernácula. Em outras línguas, quando é usada, é um empréstimo estrangeiro. Isso nos permite traçar as distinções no seu uso de modo mais claro. Assim, no alemão culto e no vulgar, a palavra *Volk* (povo) tem hoje claramente as mesmas associações que as palavras derivadas de "natio", mas essa interação é complexa. No alemão vulgar medieval, o termo (natie), quando usado – e pode-se pressupor, a partir da origem latina, que ele era dificilmente usado a não ser entre os literatos e pessoas de extração real, nobre ou senhorial -, não tem

[60] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.73-75.
[61] ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.78.

ainda a conotação de Volk, que foi adquirida apenas no século XVI"[62]. Hobsbawm lembra com certeira mira que o reino de Castela (ainda no século XIII) foi um dos primeiros reinos a padronizar uma língua – a castelhana – e que podemos atribuir o título de "Estado-nação" [63]. Uma das provas disso é o conteúdo e os usos do livro normativo espanhol *Las Siete Partidas*: geradas no século XIII e utilizadas na conquista da América pelos espanhóis como livro de Lei até o século XIX. Entretanto o autor nos lembra que o conceito de "nação" é muito recente tendo o sentido de progresso e o seguinte rol de significados na era das revoluções: "o conceito de nação que esta deveria ser 'una e indivisa' (...) era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa"[64]. A questão da língua como fator da nacionalidade é um dos argumentos mais caros à Hobsbawm: "A insistência francesa na uniformidade linguística, desde a Revolução, foi realmente marcante e, para a época, era bastante excepcional. (...) Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês – e como poderia sê-lo se a própria Revolução gastou tanto tempo provando que poucas pessoas na França realmente dela se utilizavam? – e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e as características comuns do povo livre da França. Em certo sentido, adotar o francês era uma das condições da plena cidadania francesa (e, portanto, da nacionalidade), da mesma forma que adotar o inglês se tornou condição da cidadania americana"[65]. Hobsbawm destaca ainda que existem vertentes de compreensão desse nacionalismo: "o revolucionário-democrático e o nacionalista. A equação Estado = nação = povo ajustava-se a ambos, mas para os nacionalistas a sua inclusão na criação de entidades políticas derivava da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, estrangeiras, enquanto que para a visão revolucionário-democrática o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = Estado, a qual constituía uma 'nação' em relação ao restante da raça humana"[66].

---

[62] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.29.

[63] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.28-29.

[64] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.31.

[65] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.34.

[66] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.34-35.

Sobre o aspecto econômico do nacionalismo Hobsbawm ressalta que "a dificuldade dos economistas liberais do século XIX ou dos liberais que, como esperado, aceitavam os argumentos da economia política clássica era a de poderem reconhecer o significado econômico das nações apenas na prática, mas não na teoria. A economia política clássica, e especialmente a de Adam Smith, foi formulada como uma crítica do 'sistema mercantil', ou seja, precisamente o sistema no qual os governos trataram as economias nacionais como conjuntos a serem desenvolvidos pelos esforços e políticas estatais. O livre-comércio e o livre-mercado se dirigiram precisamente contra esse conceito de desenvolvimento econômico nacional, que Smith acreditava ter demonstrado ser contraprodutivo"[67]. Hobsbawm nos lembra que nem Adam Smith poderia negligenciar a importância da economia nacional que tinham o monopólio da moeda e tinham uma ordenação para as finanças públicas[68]. E o federalista americano "Alexander Hamilton, que vinculava a nação, o Estado e a economia, usando esse vínculo para justificar contra políticos menos centralizadores sua opção por governos nacionais fortes" e ainda o autor acrescenta "a nação implicava uma economia nacional e sua sistemática promoção pelo Estado, o que, no século XIX, significava protecionismo"[69]. Por outro lado o que os alemães entenderam por "economia política" era a tarefa de realizar o desenvolvimento econômico da nação através de uma industrialização capitalista guiada por uma forte burguesia. As condições econômicas, portanto, podem legitimar a existência de uma nação. Decorrente disso foram as teorias que abordaram o "princípio de nacionalidade" que pragmaticamente tinham a ver com a potência política; e a construção de nações conseguidas através de um processo de expansão - acreditam nessa unificação tanto alemães quanto italianos. Hobsbawm ainda aponta que existiam três critérios para que um povo se torne nação: 1. Associação histórica com o Estado; 2. A língua vernacular comum; 3. A capacidade para a conquista. Destarte para se compreender a "nação" da época liberal clássica é importante estar ciente da construção de nações e o princípio de nacionalidade não era universal[70]. Entretanto "o princípio da nacionalidade [colocado pelo Estado], que os diplomatas debateram e que mudou o mapa da Europa entre 1830-1878, era portanto diferente do fenômeno político do nacionalismo que se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização européia. (...) Contudo, depois de 1880,

[67] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.38.
[68] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.40.
[69] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.41.
[70] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.53-54.

importaria crescentemente de fato como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito da nacionalidade. É então importante considerar os sentimentos e atitudes desse tipo dos povos pré-industriais, sobre os quais o novo apelo do nacionalismo político poderia ser construído”[71].

Esse novo apelo que Hobsbawn chama a atenção tem ligação com os movimentos do século XIX que buscaram através de um sentimento de nacionalismo as suas unificações como no caso italiano e alemão. Numa análise sobre esse panorama da unificação italiana Leon Pomer indica que, depois da consolidação da conquista sobre Roma (reconhecida pela Igreja somente em 1929 com o Tratado de Latrão em troca da criação do Estado do Vaticano) por conta da saída da proteção francesa na cidade devido à Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) ocorreu a consequente unificação do Estado italiano sob o poder de rei Vitor Emanuel II. Com a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) Otto von Bismarck estimulou a entrada da França no conflito conseguindo a derrotar e proclamando Imperador da Alemanha Guilherme I. O resultado disso foi o Tratado de Frankfurt (1871) no qual registrava que a França deveria pagar indenizações para a Alemanha e entrega a Alsácia e Lorena.

Para se compreender ainda mais o sentimento nacionalista é necessário apontarmos a definição da “tradição inventada” que sustenta o imaginário comum coletivo por meio da ação do resgate do folclore local e da prática dos antiquários: “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”[72]. Destarte o romantismo foi imprescindível para a existência de um sentimento nacional. Sobre a vertente artística do romantismo, que se mescla com a reflexão política, devemos destacar Eugène Delacroix (1798-1863) – principalmente com a pintura em homenagem à Revolução de 1830 – “A liberdade guiando o povo” (1830) e o escritor romântico Victor Hugo (1802-1885) com destaque para o tema nacionalismo sua obra “Os Miseráveis” de 1862.

Ambos, Delacroix e Hugo se identificavam com as ideias de progresso, fraternidade e democracia do povo. Acerca do debate historiográfico da época podemos indicar que tanto

---

[71] HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.55-56.

[72] HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.9.

Ranke (1795-1880) e quanto Hegel (1770-1831) se aproximavam metodologicamente quanto ao quesito objetividade, mas se distanciam a respeito da pesquisa histórica buscar o singular e finito. Assim no século XIX temos três orientações ditas "objetivas da história": a *rankiana*, a *ditheyana* e a *marxista*. Os pontos em comum entre elas são: a recusa às filosofias da história com seu "sentido da história"; desejo de dar um estatuto científico para a história; a busca pela objetividade; e ressaltar o evento no processo histórico. Mas e a *subjetividade* influenciada pelo romantismo nacionalista do século XIX? Por exemplo, Jules Michelet (1798-1874) havia defendido que o uso da nossa imaginação deveria ser aplicado para fugirmos de uma análise histórica distante e fria, ou seja, ao contrário da vertente rankiana. Ele se utilizava da percepção cultural das classes populares (com fontes orais) e identificava isso com a *idéia de nação e de nacionalismo*. Mas concordava com as orientações científicas do século XIX quando afirmava que a *história* é o *tempo*. O século XIX viveu assim um período em que a historiografia tentou ser mais objetiva e científica, mas essa experiência metódica compartilhava de atuações de historiadores no campo da subjetividade (do romantismo nacionalista). Aliás, mesmo a experiência metódica teve em seu ínterim o uso inevitável do elemento subjetivo e de uma filosofia quando recriava a partir de cada historiador as percepções da história e buscava uma racionalização em certa medida de influência kantiana.

Portanto, a comunidade imaginada formada através da língua, da circulação dos livros e das informações, da busca pelo capitalismo e da unificação política e da escrita romântica politizada dos literatos, filósofos e historiadores forjou a ideia de nação e nacionalismo no século XIX. Mas a contemporaneidade teria suas especificidades com a revolução industrial.

"Logo que você nasce, fazem você se sentir pequeno/ Não lhe dando coisa alguma, nem sequer *tempo*/ Até que a dor é tão grande que você não sente mais nada", neste trecho da música *Working Class Hero* de John Lennon podemos verificar que a questão da luta da classe trabalhadora ainda é presente nos dias atuais e ela faz parte de um processo histórico que remonta ao século XIX. O ponto de partida da Revolução Industrial, de acordo com E. Hobsbawm, deve ser localizado dentro dos 20 anos entre 1780 até 1800 sendo evento concomitante da Revolução Francesa, mas um pouco anterior à ela"[73]. Sobre o assunto da Revolução Industrial apresentaremos inicialmente o importante debate de Michelle Perrot (1928-) em seu livro *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* em que a historiadora sinalizava: "a renovação da questão [sobre a Revolução Industrial] provém de

[73] HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.60.

vários lados simultaneamente. Em primeiro lugar, da historiografia anglo-saxônica. Já há muito tempo, Eric Hobsbawm e notadamente E. P. Thompson mostraram que o ludismo inglês, longe de ser espontâneo ou selvagem, tem um conteúdo muito denso. Baseando-se nos artesãos, os tecelões do *domestic system* com a clara consciência de estarem a defender a autonomia de sua existência, o ludismo alimenta o radicalismo inglês do início do século XIX"[74]. Perrot sinalizou para a perspectivas do ciclo de trabalho dentro de um duplo processo para o indivíduo de objetivação e interiorização da disciplina imposta pela máquina[75]. A Revolução Industrial na França foi mais lenta pois tinha um grande apego à produção manual e bastante mão-de-obra barata que não compensava ainda a compra da máquina por um pequeno patronato (exceto o patronato estrangeiro do tipo inglês que estimulava o contrário desta tendência). Para Perrot: "O discurso dominante continua a ser o do emprego, não o da produção: cada vez que um fabricante solicita autorização para fundar uma empresa, é a esse argumento – dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos – que ele recorre"[76]. Entretanto depois da Revolução Francesa e no início do século XIX a manufatura têxtil foi dando espaço para as máquinas, assim iniciou-se a divisão do trabalho entre a cidade e o campo. Nesse momento era intenso a contratação de crianças (via os pais de família) e de mulheres. Nesse ínterim o que estava em jogo era a questão do controle do operariado: "A máquina é um instrumento de disciplina cujos efeitos precisam ser vistos concretamente: materialmente no espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador, de que a história tradicional das técnicas nos fala tão pouco. O como e onde a máquina induz um novo tipo de disciplina do trabalho, esse 'ciclo de disciplina máquina' de que fala J. P. de Gaudemar, constituem um vasto problema que não abordaremos aqui. Mas é preciso tê-lo em mente para compreender o fundamento da resistência operária, a energia da luta verdadeiramente existencial"[77].

Entre os séculos XVIII até meados do XIX ocorreram muitos incidentes de trabalhadores franceses com relação às máquinas. Sobre a França, Perrot sinaliza: "a resistência francesa à maquinaria, embora menos espetacular do que na Grã-Bretanha, foi mais importante do que se costuma crer, desde que não se considerem exclusivamente suas formas mais violentas (o ludismo), mas examinem-se também as vias mais difusas por onde

[74] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.18-19.
[75] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.19.
[76] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.20.
[77] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.24.

se afirma, principalmente por parte dos trabalhadores a domicílio, uma oposição mais global à industrialização. Essa resistência não é espontânea nem cega: muitas vezes organizada, ela é modulada, seletiva; distingue entre os diversos tipos de máquinas. Não caberia identificá-la com uma recusa sistemática do progresso técnico. E existe ainda uma diferença de posições e atitudes entre os operários que trabalham nas máquinas e os operários que as produzem. Os operários mecânicos certamente contribuíram para a difusão de novos valores" [78]. A presença do ludismo apenas ocorre quando ocorre uma alta do preço do pão na economia. Foi no ano de 1848 em que ocorreram várias ondas de ludismo contra as máquinas de tecelagem pois os operários desejavam reaverem seus antigos trabalhos. Ao mesmo tempo que o ludismo tem essa vertente violenta de protesto dos operários principalmente contra as máquinas de origem inglesa (uma xenofobia e uma defesa do nacionalismo), ele também foi a porta de entrada para um universo urbano. As fases da Revolução Industrial deixam isso bem claro, vejamos: "Sob o ângulo industrial, notar-se-á o predomínio esmagador do setor têxtil, chave dessa primeira revolução industrial, e depois do do final do século XVIII a preponderância da lã e da seda, ramos antigos da tradição manual, para os quais se trata de uma autêntica mutação"[79]. E a autora acrescenta que "quanto à metalurgia pesada, nessa época ela continua a ser o reino dos profissionais – os operários em ferro forjado, ferro batido e ferro maleável – e seus segredos, tantas vezes denunciados pelos industrialistas com um freio ao crescimento. As inovações técnicas da segunda metade do século XIX (...) transferindo ao engenheiro a maioria das iniciativas que pertenciam ao operário"[80]. Mas foram justamente os funcionários das fábricas mais instruídos sobre as máquinas e o desequilíbrio social e ambiental que foram os líderes fomentadores do ludismo.

Uma das relações mais interessantes sobre esse contexto da Revolução Industrial foi a participação das mulheres. Por meio delas podemos entender melhor como a tecnologia da máquina pôde subjugar o trabalho manual.

Quando pensamos em Revolução Industrial geralmente imaginamos homens sendo explorados pelos donos de fábricas, patrões paternalistas que infligem a condição humana sobre seus empregados adultos e crianças, tudo isso em prol de uma ideia de progresso e avanço econômico da nação. Mas desde o final dos anos 1960 Michelle Perrot nos provoca na busca da posição das mulheres também nesse ambiente. Houve um momento em que as

[78] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.25.
[79] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.27.
[80] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.28.

mulheres chegaram a ser dentro das fábricas as contramestres: "É possível que os pioneiros da maquinaria tenham tentado se apoiar nas mulheres. John Holker faz vir à França mulheres contramestres inglesas, e esforça-se em formar um pessoal de supervisão feminino. Não é raro encontrar, tanto na Normandia como no Sul provençal, mulheres que fiscalizam os homens no final do século 18. Mas no século 19 raramente encontra-se tal situação. À exceção dos estabelecimentos de tipo religioso (oficinas de caridade, internatos têxteis), o pessoal de supervisão técnica e fiscalização é sempre masculino. Na fábrica, a máquina reproduz e até aprofunda a divisão tradicional dos sexos e a subordinação feminina"[81].

Com relação à lutas das mulheres dentro do ludismo elas participam como as esposas dos operários que defendem a alimentação da família dentro de suas casas. Entretanto elas não atuavam apenas como auxiliadoras dos homens conforme Perrot: "Elas se insurgem por si mesmas contra a máquina destruidora de um modo de produção doméstico a que são particularmente apegadas"[82]. E acrescenta-se que "em Paris, durante a Revolução, as mulheres se levantaram para conseguir trabalho a domicílio, e tão turbulentas que por vezes cede-se a elas"[83]. Em 1848 as mulheres continuaram seus protestos: "em Lyon mas ainda em Saint-Etienne, onde elas desencadeiam as manifestações de abril em represália a promessas não cumpridas ('Enganaram-nos prometendo que os conventos não trabalhariam mais'), as mulheres animam os grupos que atacam os conventos e as oficinas de caridade; respeitando os objetos de culto, elas ateiam fogo às urdideiras e teares mecânicos; duas aí morrem"[84]. As mulheres trabalhadoras também defendiam o seu emprego e os patrões construíram um estereótipo para elas de duronas e sem beleza, mas se surpreendiam quando: "na maioria jovens e bonitas, elas mantinham os olhos timidamente baixos, justificavam balbuciando e nenhuma delas nos apresentava aqueles traços másculos e marcados, aquela voz forte e rouca, enfim, aquele conjunto de gestos, vozes, aparências e movimentos que nos parecia dever ser o tipo constitutivo da mulher-motim"[85]. Isso no faz refletir conforme Perrot se a "máquina de costura" selou uma aliança entre as mulheres e as máquinas nos lugares afetados pela Revolução Industrial? "Pela sua leveza, pelo caráter individual, ela preenchia as condições

---

[81] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.31.
[82] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.32.
[83] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.33.
[84] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.33.
[85] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.34.

que as mulheres podiam desejar. Mas não se pode esquecer que as primeiras máquinas de costura foram inicialmente instaladas nas oficinas, e só depois se tornaram objeto de apropriação doméstica, ligada principalmente à distribuição de energia. Nos anos 1900, qual é a operária francesa que não sonha em ter sua Singer, comprada a prestações no sistema de crédito Dufayel? 'Parece que a mulher conheceu sua grande glória com a máquina de costura', escreveu Gaston Bonheur. 'O século 20 evidentemente escolhera a mulher'. Afirmação muito triunfalista, quando se sabe em que instrumento de *sweating system* [trabalho exploratório] a máquina de costura também consistia"[86]. Mas não era apenas a máquina de costura que colocava as mulheres dentro do sistema de assalariamento, mas também a máquina de escrever. Será que essas funções das mulheres tinham a ver com uma promoção feminina ou uma submissão às máquinas? A submissão às máquinas das mulheres não as liberariam tão cedo.

No caso inglês, Thompson avalia que durante a Revolução Industrial as mulheres não tiveram um significativo aumento em seu status social. As mulheres sofriam com as altas taxas de mortalidade infantil, vivendo em moradias apertadas dos cortiços urbanos, por outro lado, as mulheres operárias solteiras adultas e as viúvas libertaram-se do jugo masculino. Nesse último sentido até as mães solteiras podiam continuar trabalhando em algumas fábricas pois o relaxamento moral permitia tal situação. Em outras onde o moralismo imperava elas eram prontamente demitidas. Destarte indica que "foi precisamente nos distritos têxteis que a mudança do status econômico das mulheres deu lugar às primeiras participações maciças das trabalhadoras em agitações sociais e políticas"[87].

A máquina na Revolução Industrial foi um meio estratégico dos donos de fábricas para dominar e derrotar as reivindicações operárias, controlar o processo de produção, evitar os saques dos produtos pelos operários, ou seja, disciplinar os trabalhadores dentro do sistema capitalista de produção. Mas por outro lado o que os operários desejavam? Liberdade. Os patrões desejavam criar uma elite técnica para subjugar os operários. Com o tempo a França teria a presença ao lado de um ensino cívico uma pedagogia mecânica. Para Perrot essa sociedade industrial exigia ordem e racionalidade: "Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas. A disciplina industrial, aliás, não é senão uma entre outras, e a fábrica,

[86] PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.34.
[87] THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.306.

juntamente com a escola, o exército, a prisão etc., pertence a uma constelação de instituições que, cada qual à sua maneira, participa da elaboração dessas regulamentações. Vasta reflexão sobre o poder e os processos de racionalização, a obra de Michel Foucault é um convite à história detalhada dessas redes de malhas cada vez mais densas. (...) *Vigiar e punir*, mais que um estudo das origens da prisão, é uma pesquisa sobre o conjunto desses fenômenos solidários"[88].

A industrialização e o sistema de fábrica precisavam seguir uma forma disciplinar guiada pelas classes[89] e dentro de uma coexistência entre a fábrica e a pequena oficina. Também o sistema de fábrica seguia um princípio político demonstrado pela beleza das construções dos locais de trabalho; um princípio técnico da circularidade das matérias-primas racionalizando o espaço; e um princípio da vigilância das entradas e saídas dos trabalhadores e dos produtos[90]. A família operária seguia no início do século XIX o "pai patrão" nos moldes do paternalismo. Este "pai patrão" exigia dos trabalhadores limpeza, silêncio, submissão aos regulamentos extenuantes das inúmeras horas de trabalho até o corpo cansar e pontualidade. No final do século XIX e início do XX o paternalismo foi perdendo força com o ultimato das oito horas de trabalho (01/05/1906). Sabe-se que esse ultimato fracassa, mas resulta numa queda da produção e num aumento intenso das reivindicações. O papel da esquerda radical e socialista na luta pela democracia industrial é muito importante até o início da Primeira Guerra Mundial, mas "essa política de mediação e integração se choca com a dupla oposição do patronato e da maioria do movimento operário, que teme a intervenção do Estado e o aumento dos controles que isso implica"[91]. Sobre essa questão da disciplina do trabalho, E. P. Thompson em seu livro clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* aponta que depois da política dos cercamentos e da ascensão de uma fortalecida burguesia industrial na Inglaterra formou-se uma classe operária "os defensores da disciplina venceram a batalha da Revolução Industrial; neste processo, o temperamento 'irlandês' frequentemente atribuído aos pobres ingleses do século 18, tanto no campo quanto nas cidades, transformou-se no estilo de

---

88 PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.53.

89 "[...] vida é a plenitude, a diversidade, a interação em todo o uniforme que os indivíduos vivem. Por sua matéria é uma mesma coisa com a história. Em todo ponto da história há vida. E na história se compõe de vida de todas as classes com as relações mais variadas. A história não é mais do que a vida captada do ponto de vista do todo da humanidade, que constitui uma conexão". In: DILTHEY, W. Estructuración del Mundo Histórico por las Ciências del Espiritu. In: **El Mundo Histórico**. Tradução e prólogo: Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Economica, 1978, p.281.

90 PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.56-57.

91 PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.77.

vida metódico do capitalismo industrial"[92]. E com a extração de ferro e de aço no território inglês (sob a pena da destruição do ecossistema) e da produção algodoeira do sul da colônia dos Estados Unidos favorecia o que E. Hobsbawm afirma que foi o "triunfo do capitalismo liberal burguês" sob a égide dos preceitos do liberalismo econômico de Adam Smith[93]. Além disso, a Inglaterra, mesmo depois da independência norte-americana (1776), manteve até por volta de 1860 a extração de matéria-prima do algodão no território escravocrata sulista ao mesmo tempo em que se impôs como mercado exportador de tecidos na Índia e também no Brasil[94].

Ao mesmo tempo que existia os protestos dos ludistas, Thompson sinaliza o imprescindível aumento da autoconsciência operária e do orgulho local[95]. Assim durante o processo histórico inglês da Revolução Industrial "o trabalhador inglês 'médio' tornou-se mais disciplinado, mais condicionado pelo ritmo de produção imposto pelo relógio, mais reservado e metódico, menos violento e espontâneo"[96]. Entretanto certamente não apenas a fome e a disseminação de doenças que violentaram o ser humano durante a Revolução Industrial, foi acima delas, o próprio trabalho que rompeu drasticamente o sentido de força de produção do camponês para o operário urbano.

Com relação à essa situação citaremos um trecho literário de Willian Blake (1757-1827) citado por Thompson (1987, p. 346): "(...) Dia e noite, as miríades por toda a Eternidade, que devem limar/E polir o bronze e o ferro, hora após hora, num acabamento laborioso/Deixando-as na ignorância do sábio uso que poderiam dar a seus dias/Envolvidas em tarefas tristes e enfadonhas por uma mísera pitança de pão"[97].

Ao mesmo tempo "a partir de 1840 é que o proletariado, rebento da revolução industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais – o espectro do Manifesto Comunista (1848) - , abriram caminho"[98]. A burguesia, grupo que se fortalece a partir das novas relações de trabalho na sociedade europeia do século XIX, afirma as suas prerrogativas perante o restante da sociedade neste início de século em dois momentos relacionados: 1830 e em 1848 (Primavera dos Povos). Em contrapartida em 1864 fundou-se

[92] THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.294.
[93] HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.21.
[94] HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.69-72.
[95] THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.299.
[96] 96 THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.302.
[97] THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tomo II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.346.
[98] HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.58.

Associação Internacional dos Trabalhadores e em 1864-1877 ocorreu a Primeira Internacional. Portanto, os movimentos sociais no século XIX efetuaram o desenvolvimento das teorias do socialismo utópico de Saint-Simon, Charles Fourier (falanstérios de subsistência) e Robert Owen (cooperativas). Vislumbramos também os primeiros movimentos de resistência por parte dos grupos operários em relação às péssimas condições de trabalho nas fábricas inglesas e francesas. São diferentes as expressões desse movimento, como vimos o ludismo, mas também o cartismo - o qual foi uma das primeiras organizações políticas dos operários e que requeriam a lei das 10 horas. O capitalismo que também surge no XIX em função da Revolução Industrial promove a exploração dos trabalhadores e a desigualdade social; contexto que favorece propostas no campo intelectual: Pierre Joseph Proudhon com um socialismo conservador apresenta em *O Que É a Propriedade?* (1840) em que aponta o capitalismo como a "exploração do homem pelo homem" e que "a propriedade é um roubo"; do socialismo científico liderado pelo materialismo histórico de Karl Marx e Frederic Engels os quais observavam as lutas de classes e defendiam a ditadura do proletariado para se alçar uma sociedade comunista; e do o anarquismo liderado por Mikhail Bakunin o qual defendia uma política do Anarquismo Coletivista em que a federação fosse livre de associações autônomas e da gestão da economia. Em 1891 a Igreja Católica lançava o documento conservador e protetor da propriedade *Encíclica Rerum Novarum*.

Nesse ínterim a segunda metade do século XIX até o início do século XX a produção de carvão, a construção de ferrovias e pontes de aço, o advento da máquina a vapor, o uso da energia elétrica desenvolvido por Nikola Tesla e aplicado por Thomas Edison, o enriquecimento nos Estados Unidos através dos grandes monopólios (Rockfeller/Ford) e a existência de um sistema fordista de produção para atender cada vez mais um maior mercado consumidor não melhorou as condições sociais dos menos favorecidos como almejava os movimentos socialistas. E este ainda é o problema com a revolução tecnológica de meados dos anos XX até os dias atuais. Entretanto esse período da revolução tecnológica também iniciou um processo de desenvolvimento das mídias através de extensas ferrovias, da invenção do telégrafo, dos primeiros telefones, da radiodifusão, do desenvolvimento da fotografia e do cinema - principalmente com os pioneiros Irmãos Lumière[99]. O avanço da tecnologia capitalista se fez, como na Revolução Industrial, e ainda se faz, com o uso exploratório do ser humano em detrimento da valoração da máquina.

---

[99] BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia.** De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.128-192.